

No filme americano *Lolita*, de 1997, é retratado um caso de pedofilia no qual uma jovem de 12 anos chamada Dolores inicia a vida sexual com o companheiro de sua mãe. Após a morte da genitora, a menina e o pedófilo vivem juntos, até que, posteriormente, Dolores aparece grávida. Fora da ficção, no cenário nacional, constata-se que a falta de conhecimento acerca da sexualidade, especialmente por parte do público juvenil, propicia situações de vulnerabilidade social, como o caso de pedofilia supracitado. Isso ocorre devido à ideologia preconceituosa que permeia a questão sexual e à omissão em prevenir as consequências provenientes da não abordagem dessa temática.

É imperioso ressaltar, de início, a redoma ideológica moldada em torno dos comportamentos associados ao sexo. Nesse sentido, é pertinente destacar o artigo publicado pelo médico brasileiro Drauzio Varella, "Violência epidêmica", o qual pontua que jovens imersos em um ambiente violento, tendem a desenvolver uma personalidade abusiva, espelhada nos ideais familiares. Essa conjuntura evidencia a propagação de hábitos inconsequentes, como o tabu voltado para a sexualidade, que, por enraizar-se na sociedade atual, contribui para os elevados índices de gravidez na adolescência e de infecções sexualmente transmissíveis. Sendo assim, fica claro que esse preconceito conservador impede a implantação da educação sexual no Brasil.

Além disso, é plausível abordar as sequelas que podem ser adquiridas pela falta de prevenção. Diante disso, é substancial emergir o livro "Doce Veneno do Escorpião" da autora com pseudônimo Bruna Surfistinha, que exhibe os riscos diários na vida de uma prostituta. Sob esse viés, cabe enfatizar que a desinformação instiga o surgimento de tais situações, as quais poderiam ser evitadas com as práticas preventivas constantes e o ensino sexual qualificado. Assim, é explícita a necessidade de disseminar medidas protetoras nos meios inatos desse tipo de informação.

Portanto, intervenções legislativas devem inverter esse panorama caótico. Logo, para desmistificar o preconceito que circunda a discussão sexual e tornar a educação sobre sexualidade acessível, o Poder Legislativo, promotor dos direitos constitucionais, deve sancionar uma lei intransigente, que atribua à base comum do sistema educacional nacional uma disciplina direcionada ao autoconhecimento corporal dos discentes, através de conteúdos didáticos ministrados por professores capacitados para tratar o assunto com a delicadeza requisitada. Por conseguinte, os desafios impregnados à educação sexual, tais qual o crime presente no filme "Lolita", poderão ser aniquilados da coletividade brasileira.